

19 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR

Tribunal instala centro de atendimento do Justiça no Bairro

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Clayton Camargo, oficializou a instalação do Centro de Atendimento e Conciliação do Projeto Justiça no Bairro no sábado (16/2). Coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, o projeto que completa 10 anos de funcionamento no próximo mês de março, terá agora um espaço próprio de atendimento, na antiga Vara da Família, no Centro Cívico, que funcionará de segunda à sexta-feira, das 12h às 19h.

Para dar início aos trabalhos do Centro de Atendimento, foram realizados atendimentos para acolher a população economicamente vulnerável, a quem foi proporcionada conciliação por meio de audiências prévias em inúmeras áreas do direito, incluindo processos da Vara de Família.

O evento de instalação foi dedicado também ao atendimento de demanda reprimida na área consensual, com a imediata solução de questões que envolvem pedidos de alimentos, guarda e responsabilidade, divórcio, reconhecimento de paternidade e maternidade, união estável ou dissolução, DNA, retificação de registro civil e interdição judicial.

Os responsáveis pela confecção de documentos como RG, CPF e Carteira de Trabalho também participaram do evento. A programação incluiu ainda o casamento coletivo de mais de 300 casais. O Projeto Justiça no Bairro tem parceria com o Fecomércio - Sesc Cidadão.

19 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

425 mil ações que dependem do STF estão paradas

Um levantamento do Supremo Tribunal Federal mostra que mais de 425 mil processos judiciais estão parados em 14 tribunais do país à espera de decisões da Suprema Corte.

Em seu discurso de posse como presidente do STF, no dia 1º de fevereiro, o ministro Joaquim Barbosa disse que mais de 500 mil processos estavam parados em outras instâncias, em razão do trâmite de Recursos Extraordinários com repercussão geral já reconhecida.

19 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Aposentado pelo CNJ, Lippmann recorre ao STF

José Lazaro Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A aposentadoria compulsória de Edgard Lippmann, juiz federal, foi publicada ontem no Diário Oficial da União. O despacho assinado pela presidente Dilma Rousseff (PT) é consequência de decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, considerou inadequada a conduta do magistrado em processo de 2003, quando Lippmann autorizou a reabertura de uma casa de bingo em Curitiba. Para o CNJ, houve troca de vantagens financeiras entre a parte e o magistrado. Para o relator do processo, Bruno Dantas, a movimentação financeira de Lippmann à época superava seus ganhos como juiz federal.

FOLHA conversou com Lippmann, que confirmou mover ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a nulidade do julgamento do CNJ e sua reintegração aos quadros da Justiça Federal. "Nunca me arrependi de nenhuma decisão minha", diz o magistrado, para quem o CNJ "atropelou vários detalhes no julgamento do caso".

"Quando começou toda essa história, acabei me desiludindo. Não tinha mais condição psicológica, pois você tem um nome dentro da comunidade. Se é para ser juiz acusado, um juiz medroso, é melhor abrir a minha vaga", relata Lippmann, justificando pedido de aposentadoria voluntária feito durante a análise do processo.

"Se eu for reintegrado, posso concluir minha aposentadoria pelas vias legais", torce Lippmann, interessado em "apagar" da sua ficha funcional a punição dada pelo CNJ. "Meu pedido já tem cinco votos favoráveis. Onze votam", conta o juiz. No STF, a relatoria do caso está com o ministro Dias Toffoli. Esse caso ganhou notoriedade no Paraná após ele e o então governador do Paraná, Roberto Requião, "baterem boca". Lippmann impediu a transmissão pela TV Educativa da "escolinha" do peemedebista, sob a alegação de propaganda pessoal. Em contrapartida, Requião acusava Lippmann de estar envolvido com as empresas de bingo. Não há prazo para que o STF confirme, ou reforme, a decisão do CNJ.

19 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Criação de cargos no MP esbarra no líder da oposição

**Instituição busca autorização
da AL para criar mais
154 funções, sendo 69 postos
de livre nomeação**

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Protestando contra a criação de cargos comissionados no Ministério Público (MP) do Paraná, Tadeu Veneri (PT) retardou por um dia a votação da matéria, prevista para ontem na Assembleia Legislativa (AL). O MP pediu autorização aos deputados estaduais para criar mais 154 cargos na estrutura da instituição, dos quais 69 seriam de livre nomeação. Esses comissionados trabalhariam junto com os promotores e procuradores de Justiça, compondo suas equipes regulares de trabalho.

Líder da oposição, Veneri defende que essas vagas, a exemplo das outras 85 solicitadas pelo MP, também fossem preenchidas por concurso. "Os membros do Ministério Público têm carreiras estáveis, diferente dos políticos ou gestores públicos, que precisam renovar seus mandatos a cada quatro anos. As equipes, portanto, podem ter servidores estáveis. Se não der para

alterar o projeto, vamos propor uma emenda que garanta a contratação provisória dos comissionados, até a realização de um concurso público", defende Veneri. Para obter o adiamento por uma sessão plenária, o petista questionou a legalidade das contratações requeridas pelo MP.

"Não vejo complicação de ordem jurídica. Se tivéssemos isso, o MP não tomaria a iniciativa desse projeto de lei. Não vejo razão para não aprovarmos", rebateu o líder do governo na AL, Ademar Traiano (PSDB). Procurado pela reportagem, o MP disse que age em conformidade com a lei. "(Nossos) quadros continuarão adequados ao que prevê os julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao que o próprio MP recomenda aos entes da administração pública estadual e municipal, na relação entre número de servidores efetivos e comissionados", argumenta a instituição, por meio de nota oficial.

A "regra" imposta pelo STF é o equilíbrio entre os dois tipos de contratações, onde o número total de comissionados não pode exceder o número de efetivos. "Com a criação e eventual provimento de todos os cargos propostos na lei, o MP contará com 795 cargos comissionados e 871 efetivos", justifica o Ministério Público, em um cálculo que exclui dos efetivos os promotores e procuradores de Justiça.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

19 FEV 2013

Cidadão Barbosa

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, pode ganhar o título de Cidadão Honorário do Paraná. A proposta começou a tramitar ontem, na Assembleia Legislativa (AL), por iniciativa do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB). “É uma maneira de dizer ao ministro que o Paraná e o Brasil aplaudem a sua exemplar história de vida e também é o reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados pelo magistrado”, explica o tucano, que também é presidente da AL. Barbosa teve papel fundamental no julgamento do mensalão, quando figuras do PT foram condenadas por participar de um esquema de desvio de dinheiro público para quitação de despesas eleitorais.

INFORME

Sem aposentadoria

Valdir Rossoni (PSDB) comemorou postura do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que mantém “engavetado” o fundo de previdência complementar dos deputados estaduais. Rossoni, enquanto presidente da Assembleia Legislativa, disse que não irá publicar a lei que possibilita a ex-parlamentares receberem até R\$ 17 mil por mês a título de “complementação” de aposentadoria. “Mesmo a decisão do TJ não sendo definitiva, quero deixar bem claro a todos os paranaenses que com a minha assinatura não tem aposentadoria”, insistiu o tucano. O desembargador José Aniceto negou liminar solicitada por Nelson Garcia (PSDB), dizendo que não vê urgência na análise final da matéria. Desde 2006 o assunto é discutido no Paraná, envolvendo Legislativo e Judiciário.

MILITÃO

Poesia em defesa judicial

Um advogado londrinense inseriu uma poesia na defesa de uma família que foi processada por um hospital de Londrina. Alguns anos atrás, um homem ficou em coma e passou um tempo na UTI deste hospital. Para variar, o plano de saúde deixou a família na mão depois de poucas semanas. O paciente faleceu, mas a conta virou ação na Justiça. Para sensibilizar o juiz, o criativo advogado compôs uma poesia em que tenta demonstrar o quanto uma pessoa em coma está desamparada pelo Estado, pela sociedade e, principalmente, pelos órgãos ligados à saúde. O processo está em fase inicial.

MILITÃO

Acordo no Tribunal

A Cohab fez, recentemente, um acordo no Tribunal de Justiça do Paraná visando pôr fim a uma ação de indenização requerida por três proprietários de terrenos que foram desapropriados pela Companhia muito tempo atrás. O pagamento será feito em um bom número de parcelas, já que a quantia em questão é milionária. Com isto, a Cohab evitou que o mercado Shangri-lá fosse a leilão, conforme requisitaram os advogados dos reclamantes.

19 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Joel Garcia é condenado no caso da funcionária fantasma

**Decisão tira direitos
políticos de ex-vereador
por oito anos; cabe recurso
ao Tribunal de Justiça**

Edson Ferreira
Reportagem Local

O ex-vereador Joel Garcia (sem partido) foi condenado pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina porque teria mantido uma funcionária fantasma em seu gabinete em 2009, primeiro ano do mandato. A sentença, proferida pelo juiz Emil Tomás Gonçalves, foi publicada ontem no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná. Além de Garcia, foram condenados o então chefe de gabinete, Anilton Carlos Honorato, e a funcionária Angélica Alves Madeira. Embora tenham sido condenados ao ressarcimento aos cofres do município e pagamento de multa pelo ato de improbidade administrativa, os valores a serem devolvidos com juros e correção monetária não são revelados na publicação.

Contra o ex-parlamentar e Honorato, o juiz decretou a suspensão dos direitos políticos por oito anos, proibição de contratar com o poder público e perda da função pública. Neste último caso, registra o magistrado que o "réu Joel Garcia não mais é vereador,

eis que não logrou ser reeleito no último pleito eleitoral", porém, na execução da sentença, se estiver ocupando algum cargo público, "caberá a perda". Angélica foi condenada também à perda dos bens somados ilícitamente ao patrimônio.

Ao descrever a multa aplicada aos réus, o juiz fala da gravidade do fato investigado pelo Ministério Público (MP) do Paraná. "O valor da multa civil se justifica pela gravidade do ato praticado e visa a desestimular a reiteração na prática de ato semelhante ou de maior gravidade."

A investigação sobre a suposta fantasma no gabinete de Garcia levou o ex-vereador à prisão em janeiro de 2010, porque ele estaria, segundo informou à época a promotora de Defesa do Patrimônio Público Leila Voltarelli, ameaçando testemunhas do caso.

Procurado pela reportagem, Garcia disse que ainda não foi notificado da sentença, mas negou irregularidade. "Essa moça trabalhou regularmente

no gabinete por 42 dias e recebeu cerca de R\$ 1,9 mil e depois precisou sair para cuidar do filho." Segundo Garcia, "no final do ano ela voltou a trabalhar lá voluntariamente por um período".

Ele afirmou que recebe a condenação com tranquilidade e criticou a Justiça de Londrina. "Aqui em Londrina as condenações são assim sem provas, mas em Curitiba temos revertido essas sentenças." Segundo Garcia, ele foi prejudicado porque a instrução processual teria sido conduzida por outro juiz.

O ex-vereador disse não ter mais pretensões políticas e afirmou que foi perseguido por ter atuado na oposição enquanto esteve na Câmara. O advogado Dely Dias das Neves, que defende os réus, ainda não havia sido notificado da decisão.

19 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz nega posse a político preso

Edson Ferreira
Reportagem Local

A Justiça Criminal de Apucarana (Norte) proibiu o ex-presidente da Câmara Alcides Ramos (DEM) de deixar a prisão para tomar posse no Legislativo. A decisão é do juiz da 2ª Vara Criminal, José Roberto Silvério. Detido desde a última sexta-feira na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), o político recorreu ao Judiciário pedindo autorização para ser escortado até o Legislativo para assumir a cadeira. Conforme o regimento da Casa, vereadores eleitos têm até 15 dias depois da primeira sessão para assumir a vaga, sob pena de extinção do mandato. O prazo vence hoje.

Para o promotor de Justiça Eduardo Augusto Cabrini, autor do pedido de prisão e da ação penal na qual Ramos é acusado de formação de quadrilha e peculato, a decisão do juiz é acertada e segue o previsto na legislação. "A lei penal permite a saída da prisão caso ocorra a morte de um parente próximo ou para tratamento de saúde, mas não no caso em questão, envolvendo o vereador." Cabrini lembrou que "ele (Ramos) poderia ter tomado posse antes de ser preso, no começo do ano, mas preferiu fazer o contrário". O vereador, que era presidente da Câmara no ano passado até renunciar ao cargo, não compareceu à cerimônia de posse em janeiro,

**Alcides Ramos
está
detido
na PEL 2**

quando já havia o mandado de prisão contra ele.

Segundo o procurador jurídico da Câmara de Apucarana, Wilson Roberto Penharbel, "prevalecendo a situação jurídica que temos neste momento, o suplente a assumir a vaga é Paulo Faria (DEM)". Além da ação penal já apresentada à Justiça, Ramos também responde a uma ação eleitoral, que pede a cassação do mandato, por suposta compra de votos durante a campanha do ano passado. Se condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, poderá ter os votos anulados e, consequentemente, mudança no quadro da suplência.

"Quanto a isso, não há sentença e se vier a ocorrer alguma condenação com anulação de votos, outro suplente poderá buscar os seus direitos", disse Penharbel.

Ramos que estava foragido da Justiça desde novembro passado, foi preso na tarde de sexta-feira, após se apresentar espontaneamente em uma audiência no Fórum Eleitoral de Apucarana. A audiência era a primeira na esfera cível para averiguar se Ramos usou seu cargo na presidência da Câmara para captar votos de forma ilícita e desviar recursos públicos. O Ministério Público

(MP) sustenta que o vereador, comissionados nomeados por ele e comerciantes do município teriam causado dano de R\$ 36,5 mil ao erário com um esquema de emissão de notas falsas por serviços supostamente prestados para a Câmara, mas usados na campanha eleitoral.

A FOLHA tentou falar ontem com o advogado de Ramos, Guilherme Gonçalves, mas ele não estava no escritório e não atendeu as ligações feitas para o celular. Segundo informações do promotor Eduardo Cabrini, deve ser apresentada à Justiça, nos próximos dias, uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o político de Apucarana.

19 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Decreto que regulamenta Gaeco é constitucional, diz AGU

Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) considerou constitucional decreto do governo do Paraná (decreto 3.981, de março de 2012) que regulamenta o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) - entidade formada pelo Ministério Público (MP) e policiais civis e militares.

O comando nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por influência do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto, havia requerido a nulidade do decreto. O principal argumento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), é que o MP estaria usurpando funções das polícias ao participar da apuração de crimes.

Porém, o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, no parecer com data do último dia 5, entendeu que a norma paranaense não fere a Constituição Federal justamente porque cada instituição mantém sua atribuição original e o inquérito policial continua presidido por delegado de polícia.

A AGU também aponta erros processuais na ADI e opina pela improcedência do pedido. O processo, cujo relator é o ministro Luiz Fux, segue agora para análise da Procuradoria-Geral da República.

A ação do PDT foi protocolada depois que o Gaeco de Londrina prendeu assessores próximos de Barbosa, como o ex-secretário de Governo Marco Cito e o ex-chefe de Gabinete Rogério Lopes Ortega, por corrupção. Em abril do ano passado eles teriam tentado comprar o voto de vereadores para que não aprovassem a Comissão Processante da Centronic (que posteriormente acabou cassando o mandato de Barbosa).

19 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Acerto de contas.

Após o Tribunal de Contas da União detectar irregularidades em pagamentos a magistrados e servidores em tribunais, Ministério do Planejamento recorre ao Conselho Nacional de Justiça e pede que os cálculos trabalhistas sejam refeitos

Governo federal quer revisão de dívidas com Judiciário que somam R\$ 3,6 bilhões

O governo federal quer a revisão de todo o passivo trabalhista reconhecido pelo Judiciário com seus magistrados e servidores nos últimos anos, uma conta que já passa dos R\$ 3,6 bilhões. O Ministério do Planejamento pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que refaça os cálculos para o pagamento dos débitos, ante as irregularidades já constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos desembolsos da Justiça do Trabalho.

O objetivo é evitar mais danos ao erário, já que, somente neste ano, ao menos R\$ 1 bilhão deve ser repassado para acerto de contas com pessoal nos diversos tribunais do País.

Auditorias do TCU confirmaram, no ano passado, prejuízo potencial de ao menos R\$ 1,2 bilhão no cálculo de dívidas com juízes e funcionários dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Ao fazer um pente fino nas contas, os auditores constataram a aplicação de juros e índices de correção exorbitantes. Como o Estado antecipou no dia 9, o Tribunal de Contas mandou

suspender o desembolso de R\$ 818 milhões, previstos para quitar débitos nos tribunais trabalhistas este ano.

O pedido do Planejamento contempla o Superior Tribunal de Justiça (STJ), além das justiças Federal, Militar, Eleitoral e do DF e Territórios. Os R\$ 3,6 bilhões referem-se às diferenças salariais reconhecidas após a conversão da Unidade Real de Valor (URV) em real; ao recálculo da parcela autônoma de equivalência (PAE), que incorporou o extinto auxílio-moradia dos juízes; e ao adicional por tempo de serviço (ATS) dos magistrados.

O governo pactuou com o Judiciário o repasse do montante em quatro parcelas, a partir de 2010, sendo que R\$ 2,6 bilhões já foram pagos, segundo a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Planejamento.

Só na Justiça do Trabalho, os débitos totais reconhecidos somam R\$ 2,4 bilhões, em valores de 2008; atualizados, alcançam R\$ 2,9 bilhões.

Embora menores, as cifras também são vultosas nas demais esferas. Na Justiça Federal, dos R\$ 320,8 milhões em dívidas apuradas em 2008, ao menos R\$ 239,2 milhões entraram no acerto com o Planejamento. Nas primeiras três parcelas, já foram pagos R\$ 177,6 milhões.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o débito calculado é de R\$ 14,8 milhões, dos quais R\$ 3,5 milhões já caíram nos contracheques dos servidores.

Também foram contempladas a Justiça Militar (R\$ 166 milhões reconhecidos), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (R\$ 97,1 milhões) e a Justiça Eleitoral (R\$ 175,2 milhões). Esta última é alvo de processo no TCU sobre a regularidade dos passivos.

De acordo com o Planejamento, exceto a fatia da Justiça do Trabalho, já suspensa, os demais repasses estão previstos para março ou abril deste ano.

CONTINUA

19 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Apelo. “A considerar os critérios que devem ser observados para a aplicação dos cálculos desses passivos, nos termos da inspeção realizada pelo TCU, notadamente no que tange à aplicação de juros e de atualização monetária, entre outros, e, tendo em vista que em 2013 está previsto o pagamento da quarta e última parcela desses passivos, torna-se necessária a reavaliação geral desses cálculos, envolvendo não só a Justiça do Trabalho, como também todos os demais ramos do Poder Judiciário detentores desses passivos”, escreveu ao CNJ o secretário adjunto da SOF para Assuntos Fiscais, George Soares.

O documento foi enviado em novembro ao secretário-geral do conselho, Francisco Alves Júnior, que remeteu o comunicado aos tribunais para que apurassem a regularidade dos cálculos.

O órgão alega não poder fazê-lo por conta própria, pois ainda não aprovou resolução que disciplina o pagamento de passivos. Uma proposta está na pauta de hoje, mas depende de o presidente, ministro Joaquim Barbosa, colocá-la em votação

Além da conta. O passivo do Judiciário pode ser ainda maior, pois os valores acertados com o Planejamento excluem outros benefícios, a exemplo da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), denominação de vários tipos de débito.

Como reportagem do **Estado** revelou na edição de ontem, por essa via o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) distribuiu R\$ 5,3 milhões a 41 servidores em dezembro.

Auditorias. O TCU aguarda a conclusão, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), de auditorias nos TRTs para apurar, em cada um, o valor eventualmente pago a mais.

Acionado pelo CNJ, o STJ informou que não há “nenhum procedimento novo em relação ao pagamento de débitos trabalhistas”. O Tribunal Superior Eleitoral explicou ao conselho que não há a necessidade de revisão, pois os seus cálculos foram feitos regularmente e coadunam com entendimentos do TCU.

O Superior Tribunal Militar e o Conselho da Justiça Federal disseram ter iniciado auditorias para reavaliar as dívidas trabalhistas e que, por ora, nenhum pagamento está sendo feito.

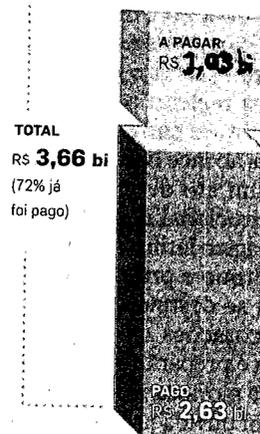
O Tribunal de Justiça do DF e Territórios, em nota, alegou adotar os critérios do Tribunal de Contas, mas que, a partir do pedido do CNJ, iniciou uma nova checagem de repasses já feitos e futuros para eventual adequação.

A DÍVIDA DOS TRIBUNAIS

● Débitos trabalhistas, conforme acordo do Ministério do Planejamento com o Judiciário

Valores em milhões de reais

DÍVIDA	TOTAL	PAGO	FALTA PAGAR	PROPORÇÃO DA DÍVIDA PAGA
STJ	14,8	3,5	11,3	24%
Justiça Federal	239,2	177,6	61,6	74%
Justiça Militar	166,9	112,6	54,2	67%
Justiça Eleitoral	175,2	117,2	58,0	67%
Justiça do Trabalho	2.983,7	2.130	853,7	71%
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	97,1	89,0	8,1	92%



CONTINUA

Obs.: Valores atualizados até novembro de 2012

19 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

CNJ analisa proposta que unifica critérios de pagamento

● Republicano

JOSÉ LÚCIO MUNHOZ
CONSELHEIRO DO CNJ

“A resolução vai normatizar de vez, vai acabar com a utilização de índices pouco republicanos e estabelecer uma sistemática mais transparente”

Tema entra na pauta de reunião hoje; se for aprovado, tribunais vão usar um único índice de correção e de juros

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode julgar hoje proposta que uniformiza, em todas as esferas do Judiciário, critérios de pagamento de passivos trabalhistas. Entre outras mudanças, o texto prevê os índices de correção e de juros a serem aplicados, atualmente a principal fonte de controvérsia. O texto sob análise prevê a correção das dívidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e não pela TR (Taxa Referencial), como recomenda o Tribunal de Contas da União (TCU).

A nova regra, se aprovada, restringe a possibilidade de magistrados furarem a fila para quitação das dívidas, irregularidade sob investigação no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

A minuta de resolução foi apresentada no ano passado pelo conselheiro José Lúcio Munhoz, que preside a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, mas sua apreciação vem sendo postergada por sucessivos pedidos de vista. A proposta está na pauta do CNJ. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Joaquim Barbosa, que nos últimos dias a analisava, colocá-la em votação.

Além de fixar regras para a atualização dos débitos, o novo texto visa evitar o favorecimento nos tribunais. Um dos artigos diz que, quando os recursos não forem disponíveis para extin-

guir todo o passivo integralmente, eles serão distribuídos, de forma proporcional, entre os beneficiários “na mesma ordem de prioridade”. Na teoria, isso impediria que um juiz ou servidor seja beneficiado, sem critério claro, na frente de outro.

Há ainda dispositivos contra a falta de transparência no reconhecimento das dívidas, já constatada pelo TCU.

Nos processos terão de constar os nomes dos beneficiários, documentos comprobatórios do direito pleiteado e a memória de cálculo usada para apurar o montante devido.

As decisões que impliquem pagamento terão de ser publicadas em diário oficial e comunicadas aos órgãos supervisores dos tribunais, a exemplo do próprio CNJ e do Conselho da Justiça Federal (CJF).

“A resolução vai normatizar de vez, vai acabar com a utilização de índices pouco republicanos e estabelecer uma sistemática mais transparente”, aposta o conselheiro José Lúcio Munhoz, autor da proposta.

A proposta segue os critérios de cálculo usados pelo TCU na apuração dos passivos, exceto num dos pontos de maior impacto financeiro, que é justamente um dos empecilhos que emperam a votação. Com base na Emenda Constitucional 62,/2009, o tribunal considera a TR (Taxa Referencial) na correção de débitos a partir daquele ano. A proposta do CNJ adota o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC), sob o argumento que a TR, na prática, não é um fator de correção e sua aplicação prejudica o credor. De 2009 a 2012, o INPC variou 24,8%, ante 3,1% da TR. “A TR constitui redutor em face da correção monetária efetivamente apurada, como política de governo. Em sendo assim, não pode tal índice ser considerado como fator de reajuste da moeda, eis que não o é. A ser referendada a TR como sendo ‘atualização monetária’, o valor efetivamente devido seria corrompido ao longo do tempo, gerando um enriquecimento ilícito por parte do devedor”, justifica o conselheiro Munhoz.

Poder aquisitivo. Ele cita decisão do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Britto, para quem a TR “não reflete a perda de poder aquisitivo da moeda”. Outros conselheiros, contudo, argumentam que o plenário do STF ainda não julgou a constitucionalidade da lei de 2009. Se aprovada no CNJ, a resolução entrará em vigor imediatamente e obrigará os tribunais a prestar contas dos pagamentos na internet.

19 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Bônus a servidor do TRE do Rio vai até R\$ 360 mil

Com 'disponibilidade orçamentária', tribunal eleitoral desembolsa quase R\$ 14 milhões para pagar 'vantagens eventuais' de 75 funcionários

Um grupo de 75 servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro recebeu vencimentos líquidos superiores a R\$ 100 mil cada em dezembro. O total pago a esses funcionários somou R\$ 13,7 milhões e representou 48,22% dos R\$ 28,43 milhões da folha salarial da corte eleitoral naquele mês.

A lista de supersalários é liderada por um analista judiciário da Secretaria de Tecnologia do TRE-RJ, que recebeu R\$ 362,45 mil. Em segundo lugar vem um técnico judiciário, cargo que exige apenas nível médio, que recebeu R\$ 359,5 mil por suas funções na Seção de Produção.

Outras duas analistas judiciárias receberam valores superiores a R\$ 300 mil em dezembro. Uma assessora administrativa da Diretoria-Geral do tribunal ganhou R\$ 330,5 mil e uma servidora lotada na 163ª zona eleitoral levou R\$ 315,9 mil. Mais 11 funcionários receberam valores acima de R\$ 200 mil.

A maior parte desses recursos foi desembolsada a título de "vantagens eventuais". Trata-se do pagamento dos "quintos" a servidores de carreira que desempenharam cargos de confiança entre 1998 e 2001. O servidor incorporava anualmente ao seu salário 20% (ou um quinto) do valor da gratificação. Posteriormente, o benefício foi extinto por lei. De acordo com nota da assessoria do TRE-RJ - que teve um dos funcionários beneficiados com vencimentos de R\$ 169,7 mil em dezembro - o pagamento dos atrasados foi autorizado pela Corte em 2005.

Em SP, tribunal pagou 81 servidores

● O TRE de São Paulo pagou R\$ 5,58 milhões a 81 servidores, em dezembro a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) por exercício de função comissionada entre 1998 e 2001 - 41 receberam valores acima de R\$ 50 mil, somando R\$ 5,34 milhões apenas para esse grupo. O principal beneficiário levou R\$ 300 mil. O TRE/SP informou que o líquido pago foi de R\$ 4,97 milhões.

Disponibilidade. "O pagamento dos atrasados ficou condicionado à disponibilidade orçamentária, o que só ocorreu em 2012", explica a nota. A justificativa é a mesma usada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) para pagar R\$ 5,58 milhões a 81 servidores. Desses, 41 receberam extras acima de R\$ 50 mil em janeiro - conforme o Estado revelou em sua edição de ontem.

Dos 75 beneficiados com os supersalários, 28 são técnicos judiciários de nível médio cuja remuneração básica é de R\$ 6.680.

Os beneficiados estão lotados em diversas zonas eleitorais, gabinetes e departamentos técnicos do tribunal. Chama atenção, no entanto, o caso de um técnico lotado na Assessoria Administrativa da Presidência, que recebeu R\$ 154,3 mil, e de outros dois funcionários do gabinete da Vice-Presidência, com vencimentos de R\$ 181,6 mil e R\$ 148,2 mil.

A determinação para o pagamento das "vantagens eventuais" em dezembro foi do então presidente da corte, desembargador Luiz Zveiter. Atualmente, o TRE-RJ é dirigido pela desembargadora Letícia Sardas, que era vice-presidente na época dos pagamentos dos supersalários.

Ainda de acordo com dados da folha de pagamento do TRE-RJ de dezembro, foram 93 os servidores que receberam valores superiores aos R\$ 26,7 mil estabelecidos como teto salarial do funcionalismo. Esse valor foi reajustado para R\$ 29,4 mil em janeiro.

19 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Novo nome do Supremo deve sair esta semana

A presidente Dilma Rousseff deve indicar o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda nesta semana. Apesar de os nomes dos tributaristas Heleno Torres e Humberto Ávila serem os mais cotados, o Planalto já admite um terceiro concorrente, ainda longe dos holofotes. Esse terceiro nome seria uma saída para a disputa entre os padrinhos dos dois candidatos.

Heleno Torres é apadrinhado pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e tem apoio do ministro do STF Ricardo Lewandowski. Humberto Ávila é apoiado pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Assessores da presidente Dilma Rousseff admitem que ela poderia ficar com o terceiro nome. Processo semelhante ocorreu quando da indicação da ministra Rosa Weber. Seu nome, já escolhido, era mantido em segredo enquanto outros nomes eram mencionados.

O indicado para o Supremo será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Aprovado, terá o nome submetido ao plenário do Senado. No tribunal, ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto.

Relator. O novo ministro herdará a relatoria da ação penal do mensalão mineiro e será responsável por acelerar a tramitação do caso e levá-lo a julgamento. Além disso, participará do julgamento dos recursos movidos pelos condenados no processo do mensalão do PT. Se o tribunal aceitar julgar os embargos infringentes naqueles casos em que houve quatro votos pela absolvição, o novo ministro pode fazer a diferença. Nesses casos, as acusações contra alguns deles teriam de ser julgadas novamente, já com voto do novo ministro.

Os dois nomes citados até agora, Heleno Torres e Humberto Ávila, já viveram uma disputa parecida com a atual, mas fora dos tribunais. Os dois se haviam candidato a uma vaga de professor titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP) em 2010. Terminaram empatados e, ao final, um professor da Universidade de Coimbra, em Portugal – Diogo Leite de Campos – foi chamado para desempatar entre os dois. O professor português escolheu o nome de Humberto Ávila, que era apoiado nessa disputa pelo ex-ministro do STF Eros Grau. Mas a indicação gerou recursos e o processo acabou anulado, pois Diogo Leite Campos não justificou de forma fundamentada sua escolha por Humberto Ávila.

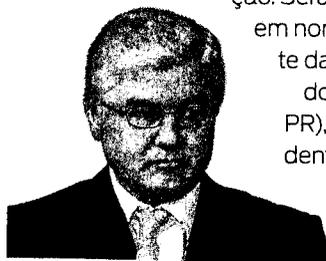
19 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Novela dos cartórios

Um grupo formado por representantes de diversas entidades será o responsável por tentar chegar a um consenso em torno do projeto de lei do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que aumenta em 18,15% todas as custas cobradas nos cartórios do estado. Farão parte da comissão pessoas ligadas à Assembleia Legislativa, a organismos da sociedade organizada, aos cartórios, ao governo do estado e ao TJ. A partir da próxima segunda-feira, serão feitas as primeiras reuniões sobre o assunto. A ideia é que cada entidade apresente a proposta que considera ser a ideal. A partir do momento em que se chegar a um consenso, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB, foto), deve levar o projeto à votação. Serão responsáveis por falar



em nome do grupo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Juliano Breda, e o presidente Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná (Creci-PR), Ademar Pucci.

Homenagem

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), apresentou um projeto de lei para conceder o título de cidadão honorário do Paraná ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. Segundo Rossoni, a homenagem é um reconhecimento dos paranaenses à atuação de Barbosa na defesa do interesse público.

COLUNA DO LEITOR

Férias de juízes

Sejndo advogado, também reclamo da morosidade de muitos processos. Mas dizer que um dos motivos são as férias de 60 dias dos magistrados não pode prevalecer. Precisamos reconhecer que a maciça maioria dos juízes trabalha muito, com pouca estrutura, e tendo uma remuneração que, a meu ver, chega a ser deprimente e desestimulante quando comparada, por exemplo, ao que ganham os deputados paranaenses.

Almir Machado de Oliveira, advogado e conselheiro estadual suplente da OAB-PR.

19 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Prefeitura reduz repasses à Consilux

Aluguel mensal pago pelo município para utilizar os radares encampados em 2011 vai baixar para R\$ 464 mil

Rafael Waltrick

O valor pago mensalmente pela prefeitura de Curitiba à empresa Consilux pela ocupação de 196 radares de trânsito vai cair de R\$ 737,4 mil para R\$ 464 mil. O anúncio foi feito ontem pelo procurador-geral do município, Joel Macedo Soares Pereira Neto. Segundo ele, a revisão do pagamento obedeceu a análises técnicas feitas pela Controladoria da Secretaria de Finanças. Ele não detalhou, no entanto, como o município chegou ao novo valor e disse não poder afirmar se a quantia até então paga estava alta demais.

Porém, para o advogado especialista em trânsito Reginaldo Koga, a redução precisa ser melhor explicada. "Se a atual gestão detectou essa diferença, seria prudente uma auditoria em relação aos valores já repassados. Afinal, em tese, o valor deveria até aumentar, levando em conta, por exemplo, reajustes salariais da equipe da empresa que faz a manutenção", questiona.

A Consilux aceitou a redução sem qualquer contestação jurídica. Em nota, a empresa informou que entrou em acordo com a prefeitura e aproveitou para criticar a gestão anterior, que teria "conduzido politicamente uma questão de ordem técnica".

Em março de 2011, o ex-prefeito Luciano Ducci rompeu o contrato com a Consilux após denúncias de irregularidades. Desde então, a prefeitura já repassou à Consilux cerca de R\$ 15,7 milhões, quantia que inclui tanto a indenização referente à rescisão unilateral quanto os valores mensais pagos pelo uso dos radares.

Licitação

A quantia continuará sendo repassada à empresa até que o impasse envolvendo a aquisição e instalação de novos radares na capital seja resolvido. Uma licitação foi lançada no fim de 2011, mas o processo se arrasta na justiça e já foi suspenso quatro vezes.

Ontem, a prefeitura anunciou a criação de um grupo técnico que, em 90 dias, deverá apresentar uma solução definitiva sobre a licitação dos radares. Por enquanto, não está descartada a hipótese de lançar outra licitação.

ENTENDA O CASO

O impasse envolvendo os radares de Curitiba já dura dois anos:

Jan 2010 – A prefeitura anuncia a Consilux como vencedora da licitação para operações dos radares. Equipamentos começam a operar em abril.

Mar 2011 – Após denúncia do Fantástico, prefeitura rompe o contrato com a Consilux.

Dez 2011 – Prefeitura lança nova licitação para contratar os equipamentos de fiscalização eletrônica.

Jan 2012 – Consórcio Iessa Indra Velsis vence a licitação, mas o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendem o resultado.

Fev 2012 – Justiça determina o prosseguimento da licitação, mas TCE suspende novamente a licitação um mês depois.

Mai 2012 – TCE cancela liminar que suspendia o edital.

Ago 2012 – Justiça suspende novamente a concorrência, mas volta atrás em setembro.

Nov 2012 – O TJ-PR paralisa a licitação pela quarta vez.

19 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Julgamento de Derosso começa em 22 de maio

Karlos Kohlbach

A Justiça marcou para 22 de maio o início do julgamento da ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público contra o ex-presidente da Câmara de Curitiba João Cláudio Derosso; a ex-mulher dele, a jornalista Cláudia Queiroz; e de outros quatro funcionários do Legislativo municipal. Todos são suspeitos de direcionar a licitação de publicidade da Câmara para que a empresa da ex-mulher de Derosso — a Oficina da Notícia — fosse vencedora da concorrência.

Na primeira audiência do julgamento, o juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, deve tomar o depoimento dos envolvidos e das testemunhas. Não há previsão de término do julgamento da ação de improbidade. Se forem condenados, Derosso, Cláudia Queiroz e os quatro funcionários podem ter de pagar multa, perder a função pública e os direitos políticos por até oito anos. A Justiça já havia, em junho do ano passado, bloqueado R\$ 5,9 milhões em bens dos envolvidos para garantir o ressarcimento aos cofres públicos.

R\$ 5,9
MILHÕES

em bens dos envolvidos na ação de improbidade administrativa foram bloqueados pela Justiça para garantir o ressarcimento aos cofres públicos.

Gaeco apreende R\$ 15 milhões em bens de fraudadores

Uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná, desarticulou ontem uma quadrilha especializada em fraudes contra o sistema financeiro. O grupo, composto por mais de 50 pessoas, agia na região de Guarapuava, no Centro-Sul do estado. Segundo o Gaeco, a quadrilha constituía empresas ideologicamente falsas, com laranjas nos quadros societários, e maquiava a verdadeira propriedade das empresas para aplicar golpes contra o Fisco, credores e bancos. O ramo mais usado pelo grupo era o de combustíveis. Ao todo foram cumpridos 59 mandados de sequestro e arresto de bens, imóveis, móveis, carros, caminhões e contas bancárias. O total apreendido chega a R\$ 15 milhões. A investigação já dura três anos. A Justiça já recebeu denúncias contra cinco pessoas pelos crimes de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, estelionato, formação de quadrilha e fraude. As propriedades resgatadas se concentram nas cidades de Guarapuava, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Campo Mourão e Medianeira.

19 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Um bom combate

Política de preservação histórica do município de Curitiba dá sinais de cansaço. Perdas na Justiça reforçam a tese de que modelo precisa ser revisto, garantindo à cidade uma lei de tombamento moderna e capaz

Não dá mais para esperar. É consenso entre os profissionais que atuam na área do patrimônio histórico e cultural que Curitiba não pode mais ficar sem uma lei de tombamento que mereça esse nome. A política em vigor apenas cadastra e acompanha os bens que devem ser preservados, sem lhes garantir, de fato, a integridade. Durante duas décadas o modelo adotado pela prefeitura — o das Unidades de Interesse de Preservação (Uips) — foi apontado como um recurso moderno, bom o bastante para servir de inspiração para outros municípios. Não funciona como tombamento tradicional, mas traz a vantagem de acompanhar os proprietários, convencendo-os das vantagens da preservação, ilustrando-os e colocando-os como protagonistas da memória. Oferece também compensações, garantindo bons descontos do IPTU e a venda de potencial construtivo.

Mas eis que essa história fez a curva. O movimento cada vez mais acelerado do mercado imobiliário faz com que as áreas nobres da cidade passem a ser disputadas a tapa. Virou uma verdadeira corrida do ouro. Tentação demais para proprietários das Uips, que deixam de ver no status de patrimônio

uma vantagem, ou honraria, ou investimento que podem deixar para a cidade em que vivem. Querem vender seus casarões e quetais. Não é a única raiz do problema. A própria prefeitura, na última década, deu sinais de cansaço no trato com donos de casas “pseudo-tombadas”, a cada grita geral.

O setor de Patrimônio do Ippuc perdeu a importância dentro do instituto. Por tabela, deixou de gastar energia no corpo a corpo com os proprietários, o que antes fazia com energia e organização. É preciso diplomacia, bons argumentos e equipe técnica mínima para lidar com o dono de imóvel que bate o pé ao descobrir que tem limitações no uso de um prédio antigo e responsabilidades na manutenção. A vitória do Hospital Santa Cruz, na Avenida do Batel, ao ganhar direito na Justiça de demolição de duas casas cadastradas que faziam parte do terreno da instituição, é apontada como símbolo: a política das Uips teria ganho com esse episódio a tal da pá de cal que faltava.

Resta saber como será daqui para a frente. Salvo engano, não estava nos planos da nova administração do Ippuc aposentar a política das Uips ou mesmo colocar em discussão uma lei de tombamento. Além do mais, há ruídos urbanos se sobrepondo ao debate patrimonial — das calçadas à ausência delas, passando pela Praça do Japão e a estação-tubo, chegando aos congestionamentos infernais e à pasteurização trazida pelos binários.

Os descontentes deveriam se pronunciar, usando de pressão para incluir na agenda municipal a discussão sobre a falência das Uips. E a necessidade do tombamento de pelo menos uma parte das 600 e tantas unidades cadastradas. Já são horas. Foi-se a fábrica da Matte Leão, no Rebouças. Foi-se o Hospital Bom Retiro, no bairro que batizou. Vão-se casas valorosas aqui e ali. Têm sido inúteis as tentativas de “jogar a bola” para o setor de Patrimônio, que não tem como arcar com as oscilações do município em inventariar de forma adequada e proteger, com mão firme — e investimentos justos —, os presentes recebidos do seu passado. Eis um bom combate.

GAZETA DO POVO

OAB pedirá investigação sobre processo contra Adams

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai requerer ao Ministério Público Federal que investigue o arquivamento de pedido de abertura de processo disciplinar contra o ministro Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU). Uma comissão de sindicância que investigou servidores da AGU envolvidos em esquema de corrupção desmontado pela Operação Porto Seguro da Polícia Federal apontou indícios de irregularidades em atos assinados por Adams. O grupo sugeriu abertura de um processo contra o ministro, mas a corregedoria da AGU arquivou o pedido por considerar que não havia irregularidade.

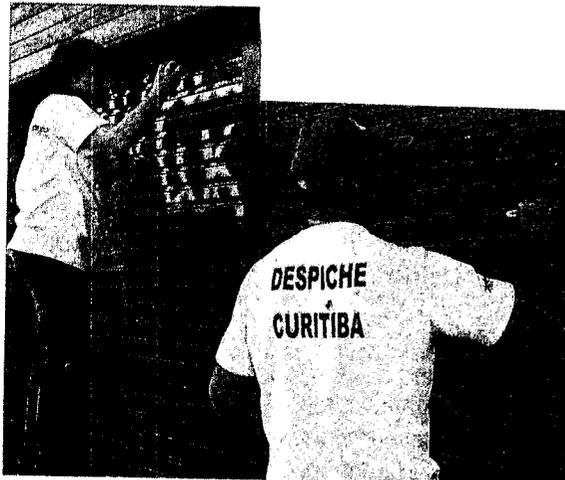
A iniciativa de acionar o MPF é da comissão de advocacia pública da OAB e será formalizada hoje. A decisão já foi comunicada ao procurador-chefe do Ministério Público no Distrito Federal. "O Corregedor-Geral da Advocacia da União, considerando a subordinação ao AGU, a ausência de mandato e a possibilidade de exoneração a qualquer momento, não reúne as condições institucionais para análise de possíveis irregularidades praticadas pelo Advogado-Geral da União", afirmou Aldemario Araujo Castro, ex-corregedor-geral da AGU e conselheiro federal da OAB.

Adams nega que tenha atuado em favor do esquema de pareceres e diz que mandou investigar os fatos. "A averiguação do corregedor foi de

que não há nenhuma infração que possa ser atribuída a mim. Entendeu também isso em relação a outras pessoas e entendeu que alguns casos são necessários extrair adicionais, abriu sindicâncias para avaliar fatos não suficientemente esclarecidos e na sequência decidiu abrir processo disciplinar", disse na última sexta-feira.

ENTRELINHAS

Pichação é crime



Cerca de 80 denúncias foram feitas pelo telefone 153, da Guarda Municipal, desde que a campanha "Pichação é Crime" começou a ser desenvolvida em Curitiba, no início deste mês. As denúncias resultaram em 22 prisões em flagrante, sendo 17 de pichadores com mais de 18 anos. Cada pichador está sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 714,20 e responderá a processo.

•••

A Associação Comercial do Paraná, uma das promotoras da campanha, orienta que, além disso, os comerciantes entrem com ação contra os infratores. O objetivo seria a busca da reparação do dano, já que em alguns casos o valor para pintar o imóvel pichado é muito maior do que o da multa.

19 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Abandono

Medo pode levar mães ao caminho contrário da lei. Juíza explica que colocar a criança pra adoção livra de qualquer risco de pena, além de ter respaldo do governo

Rejeição não é crime

Joyce Carvalho e Elaine Felchacka

Notícias de recém-nascidos abandonados têm se tornado corriqueiras no Paraná e em todo o Brasil. A prática pode levar a mãe para cadeia. A pena prevista por abandono de incapaz (previsto no artigo 133 do Código Penal) pode chegar a 12 anos de reclusão, se a criança morrer em razão do abandono.

O que parte das mães não sabe é que a rejeição ao bebê não é crime e se colocar a criança para adoção se livra de qualquer risco de pena. Além disso, a mãe pode receber todo respaldo do governo pela atitude.

“As gestantes nunca estarão desamparadas, porque é dever do poder público orientá-las e ajudá-las a ter condições de moradia e alimentação, prestando-lhe apoio psicológico, antes e também depois do parto”, explica Maria Lúcia de Paula Spíndola, juíza da 2.ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná.

Mas ainda é preciso muito trabalho de conscientização da sociedade quanto ao assunto. Muitas vezes o medo de ser penalizada leva a mãe a abandonar a criança, indo no caminho contrário da lei. “Muitas tomam a atitude de abandonar por falta de orientação e por se sentirem desamparadas”, afirma Murillo José Digiácomo, promotor do Centro de Apoio das Promotorias da Criança e da Adolescência do Ministério Público do Paraná.

Ineficiência

A decisão da mãe, desorientada e amedrontada, não é a única falha na questão. Roseli Isidoro, secretária da Mulher, aponta também ineficiência do poder público nestes casos. Isto porque a mulher que toma essa atitude se sente desassistida em diversos aspectos. “A responsabilidade é também do poder público que não consegue dar conta disso. É mais fácil remeter a situação somente para a mulher. Alguma coisa está errada se existem leis e equipamentos que prestam ou deveriam prestar apoio”, declara.

A busca pela adoção em grande volume facilita o encontro de nova família à espera da criança. Hoje, Curitiba tem 358 pessoas aptas a fazer a adoção. Em 2012, 151 crianças, de diferentes faixas etárias, foram adotadas na cidade.

Processo dura até 2 meses

O caminho para colocar recém-nascido para adoção é simples. A mãe precisa procurar uma instituição pública seja a Fundação de Ação Social, o Conselho Tutelar, Ministério Público, a Vara de Infância e Juventude ou até um posto de saúde para ser encaminhada ao órgão responsável.

E não há prazo legal para que a gestante anuncie sua decisão, que pode acontecer antes da criança nascer ou após o parto. A atitude não vai causar penalização alguma à mãe.

A decisão pela adoção anunciada antecipadamente é

também a maneira de agilizar o processo de adoção, que ocorre entre um e dois meses. “Com a criança abandonada a história é diferente. Primeiro tem que procurar a mãe e aí tem o processo de destituição do poder familiar. Leva até quatro meses”, conta a juíza Maria Lúcia de Paula Spíndola. Mas antes disso, os familiares são prioridade na hora de definir a guarda da criança. O pai é o primeiro a ser procurado pela Justiça. Se for o caso de realmente encaminhar para adoção, a mãe será ouvida e vai receber todo o apoio”, acrescenta Murillo José Digiácomo.

Ainda que o abandono de recém-nascidos não seja algo incomum, muitos casos são resolvidos na Vara de Infância e Juventude. É comum o órgão ser procurado por mães que querem colocar seus filhos para adoção. E muitas vezes, uma conversa muda a história.



Maria Lúcia: conscientização.

19 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Rossoni propõe título a Joaquim Barbosa

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), anunciou ontem que pretende homenagear o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, com o título de Cidadão Honorário do Paraná. Projeto de lei neste sentido foi apresentado pelo tucano na sessão de ontem. Segundo ele, é o resultado do reconhecimento dos paranaenses pela atuação do magistrado na “defesa intransigente” do interesse público.

“A proposta é uma maneira de dizer ao ministro que o Paraná e o Brasil aplaudem a sua exemplar história de vida e também é o reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados pelo magistrado”, alegou Rossoni, que além de presidir a Assembleia, é vice-presidente do Diretório Estadual do PSDB.

Segundo o tucano, o nome de Joaquim Barbosa “é sinônimo de combate à impunidade, de coragem no enfrentamento das poderosas e perniciosas barreiras que se opuseram às suas convicções de justiça, de cumprimento da Constituição e das normas repressoras do crime, notoriamente, os de ‘colarinho branco’”. “Joaquim Barbosa

evoca e resgata em cada cidadão a confiabilidade e a credibilidade no Judiciário, tanto no meio jurídico como nas mais diversas classes profissionais e sociais do nosso país”, afirma o deputado. Ainda segundo ele, como ministro do STF, Barbosa resgatou “a tão combatida confiança do cidadão na Justiça brasileira, e levou a esperança de Justiça ao cidadão comum, ao contribuinte”.

Barbosa se notabilizou como relator do processo do mensalão, que resultou na condenação de alguns dos principais ex-dirigentes do PT nacional, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o deputado federal e ex-presidente do partido, José Genoino, e o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Eles foram condenados sob a acusação de comandar o esquema de compra de votos no Congresso Nacional durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação do empresário Marcos Valério de Souza.

Caminho aberto

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou ontem, no Diário Oficial da Justiça, decisão do ministro Marco Aurélio Mello que permite a Beti Pavin (PSDB) assumir o cargo de prefeita de Colombo (região metropolitana de Curitiba). Eleita com com 50,2% dos votos válidos, ela teve o registro da candidatura barrado pela Lei da “Ficha Limpa”, em razão da desaprovação das contas de sua administração anterior.

19 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Votação de novos cargos para o MP é adiada de novo

A Assembleia Legislativa adiou, novamente, ontem, a votação de projeto do Ministério Público Estadual que prevê a criação de 69 cargos comissionados, além de 85 cargos efetivos para o órgão. O adiamento foi pedido pelo líder da bancada de Oposição, deputado Tadeu Veneri (PT).

A proposta foi apresentada originalmente no final do ano passado, mas sua votação foi adiada para 2013, por falta de acordo. O projeto prevê um impacto financeiro de R\$ 5,9 milhões anuais aos gastos do MP com a folha de pagamento.

A iniciativa tem gerado críticas, já que promotores tem acionado prefeituras e câmaras municipais, além da própria Assembleia, alegando excesso de cargos comissionados nesses órgãos. Nessas ações, as promotorias tem estabelecido como limite um máximo de 50% de cargos em comissão em relação ao número de funcionários de carreira efetivos contratados por concurso público. Caso seja aprovado o projeto do MP, o órgão passaria a ter 871 servidores efetivos, contra 795 comissionados.

“Defendemos a realização de concurso público”, argumentou Veneri, que também sinalizou com a possibilidade de apresentar uma emenda ao projeto que deve retornar a pauta dos trabalhos do Plenário – na sessão de amanhã. “É contraditório o Ministério Público realizar rigorosa fiscalização de outros órgãos públicos e criar mais cargos em comissão”, disse o líder oposicionista.

O documento enviado à Assembleia, e assinado pelo procurador-geral Gilberto Giacoia, informa que a proposta visa “suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério Público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15 de dezembro de 2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial”.

Símbolo – Os deputados aprovaram na sessão de ontem sete projetos de lei. Entre as matérias que passaram pelo Plenário está o projeto de lei de nº 507/12, também do Ministério Público, aprovado em primeiro turno, que altera a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médicos, previstos no inciso II, do art. 1º, da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002.

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO DE HOJE: CRACK E INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Oferecer uma chance contra a droga

GIOVANNI GUIDO CERRI

Medicina é assim: internação, alta, acompanhamento. Por que seria diferente com usuários de crack? Precisamos de firmeza contra essa epidemia nacional

Na medicina, funciona assim: o paciente com um quadro clínico agudo, grave, com risco à vida, precisa, na maioria das vezes, permanecer internado por alguns dias, semanas ou até mesmo meses em um leito hospitalar, para receber a assistência médica indicada para seu caso.

Se melhorar e tiver condições, a pessoa tem alta. O acompanhamento passa a ser clínico-ambulatorial, com as medicações necessárias para controlar a doença, além de consultas e exames rotineiros para verificar a evolução do quadro.

É desta forma no câncer, na Aids, nas doenças do aparelho circulatório e nos casos de vítimas de derrame ou politraumatismos decorrentes de acidentes de trânsito.

Por que, então, deveria ser diferente para usuários de drogas como o crack, aqueles que, em razão de sua extrema dependência, sofrem uma série de graves problemas físicos e psíquicos que podem matá-los a qualquer momento?

A diferença, aqui, é basicamente uma: enquanto um cardiopata ou um acidentado tem, em geral, consciência de sua condição — e o medo da morte o faz aceitar cuidados médicos —, o dependente de crack precisa satisfazer sua fissura, fumar mais uma pedra, mesmo sabendo que isso pode lhe custar a vida.

Para esses casos a internação é, mais do que necessária, uma chance para que a pessoa, extremamente fragilizada pelo uso da droga e por todas as consequências nefastas ao seu organismo, possa ao menos se restabelecer, abrindo caminho para a cura de sua dependência.

O governo do Estado de São Paulo está enfrentando na prática e com firmeza a epidemia de crack que se instalou no país. E do jeito mais adequado, uma vez que trata o tema sob os pontos de vista da Justiça, garantindo os direitos dos cidadãos, da assistência social, pela abordagem e acolhimento de dependentes, e, principalmente, da saúde, com forte investimento na ampliação da assistência.

O plantão judiciário que o governo do Estado disponibilizou desde o último dia 21 de janeiro no Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas), com a participação da OAB, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, com o objetivo de dar maior celeridade às internações compulsórias e involuntárias (previstas em lei de 2001) dos casos mais graves e extremos, foi precedido do fortalecimento da rede assistencial para dependência química no Estado.

Desde 2009, foram implantados no Estado cerca de 700 leitos exclusivos para tratamento de dependentes de drogas no SUS. Desses, 209 foram criados na atual gestão do governador Geraldo Alckmin. Outros 600 deverão ser entregues até o próximo ano, na capital e interior, incluindo um moderno centro especializado em álcool e drogas ligado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. O investimento total previsto é de R\$ 250 milhões.

Não se trata, de maneira nenhuma, de apenas colocar dependentes químicos em leitos hospitalares, mas de um modelo de assistência multidisciplinar, formada por médicos, psicólogos, enfermeiros e terapeutas ocupacionais, com respei-

to às necessidades individuais, visando à recuperação do paciente e sua reinserção social. Depois do período de internação, é oferecida assistência ambulatorial, seja no próprio serviço ou por intermédio dos Caps-Ad (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

Nem todos os casos de uso de drogas demandam internação. A maioria, ao contrário, requer seguimento clínico ambulatorial, com o imprescindível apoio da família. É dever do Estado, no entanto, assegurar todos os meios para preservar a vida dos dependentes, e o governo de São Paulo, sem medo do crack, assume este compromisso com a população.

GIOVANNI GUIDO CERRI, 59, médico e professor titular da Faculdade de Medicina da USP, é secretário de Estado da Saúde de São Paulo

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

A banalização de medidas autoritárias

HUMBERTO VERONA

Desde o fim do ano passado, veículos de comunicação têm noticiado a expansão da política de internação compulsória de crianças, adolescentes e adultos usuários de crack no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Tratar o consumo de crack como uma epidemia, além de ser um equívoco de interpretação dos dados epidemiológicos, que não demonstram isto, provoca uma reação social que instaura o medo e autoriza a violência e a arbitrariedade, justificando medidas autoritárias, coercitivas e higienistas.

Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), usar a internação compulsória como medida emergencial para tratamento de drogas revela a falta de cuidado e de atenção à saúde dos usuários, além de reafirmar a falha do Estado na criação e aplicação de políticas públicas.

Acionar políticas emergenciais como internar involuntariamente implica em atualizar modelos de intervenção amplamente criticados por profissionais, pesquisadores na área de ciências humanas e sociais e pelos movimentos sociais, como o da luta antimanicomial.

É preciso superar o mito de que o usuário de drogas é perigoso, perdido, irreversível ou um monstro.

Tais ideias provocam uma urgência de respostas mágicas, levam a sociedade a demandar medidas po-

Tratar o crack como epidemia autoriza a arbitrariedade e a violência. Recriar um modelo já tão criticado por pesquisadores e pela luta antimanicomial?

líticas sem a prévia reflexão necessária, justificando e legitimando a violência contra estes indivíduos.

O usuário precisa do cuidado em liberdade, por meio de uma rede intersetorial e de políticas públicas que caminhem para a reinserção na sociedade, não que aumentem as disparidades sociais, a marginalização.

A política pública de saúde já desenvolveu dispositivos clínicos e assistenciais como a redução de danos, os consultórios de rua, os Centros de Atenção Psicossociais Álcool e Drogas (Caps-Ad) e outros recursos que são menos invasivos e violentos. Eles têm mostrado resultados importantes na abordagem e no cuidado com os usuários, respeitando sua autonomia e liberdade.

O modelo de atenção aos usuários de drogas deve ser pautado na lei 10.216 de 2001, que redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Isso significa que instituições asilares, como as comunidades terapêuticas, não devem ser opção para o tratamento com recursos públicos.

A internação compulsória apare-

ce como algo que resolve magicamente todos os problemas. Com a excessiva propaganda governamental, corre o risco de virar uma prática corriqueira e, portanto, banalizada. Como medida de impacto coletivo, essa política tem se mostrado um fracasso. Os usuários são levados, isolados, medicalizados e depois voltam para um espaço social conturbado, difícil e limitador.

Coerente com o seu compromisso com os direitos humanos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é uma das 53 entidades que compõem a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos (FNDDH).

A frente luta pela defesa de uma política sobre drogas no Brasil baseada na garantia dos direitos humanos e sociais — não na repressão policial, em ações higienizadoras e criminalizadoras da pobreza.

O CFP, junto com a frente, considera urgente a discussão da descriminalização das drogas. Falamos do usuário, mas não falamos da política proibicionista. É importante lembrar que medidas como a internação compulsória ajudam a criminalizar e a ampliar o caráter punitivo aos usuários drogas.

HUMBERTO VERONA, 55, especialista em saúde pública pela USP, é presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça determina quebra de sigilos bancário e fiscal de Aurélio Miguel

Pedido foi feito pela Promotoria em inquérito que investiga crime de lavagem de dinheiro

Determinação engloba as contas bancárias do vereador, de sua mulher e de todas as empresas em nome de ambos

A Justiça de São Paulo determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do vereador Aurélio Miguel (PR), ex-campeão olímpico de judô, suspeito de cobrar propina de shoppings da capital.

A determinação atende pedido feito pelo Gaeco de SP, grupo da Promotoria especializado em crime organizado, que investiga o vereador desde junho do ano passado.

A quebra dos sigilos ocorre dentro de um inquérito, em andamento, que apura suposta lavagem de dinheiro. Deve abastecer ainda outra investigação aberta para apurar enriquecimento ilícito.

Miguel já é alvo de ação judicial por improbidade, na área cível, e foi denunciado por corrupção na última sexta-feira, na área criminal.

Ele é suspeito de ter recebido mais de R\$ 1,1 milhão em propina para não revelar irregularidades detectadas em shoppings centers na capital quando presidia a CPI do IPTU, que atuou em 2009.

O vereador nega ter cometido qualquer irregularidade e diz ser vítima de sua honestidade (leia texto ao lado).

Além das contas bancárias registradas em nome do ex-judoca (pessoa física), a quebra de sigilos atinge também a mulher do parlamentar, Michele Nunes Miguel, e todas as empresas em nome deles.

PATRIMÔNIO

Conforme a **Folha** revelou na semana passada, Miguel teve uma explosão patrimonial depois de se eleger vereador na capital paulista.

Seus bens estão estimados atualmente em mais de R\$ 25 milhões, com 25 imóveis, contra os cerca de R\$ 1,4 milhão (valor corrigido) declarados na primeira eleição, em 2004.

De acordo com o Ministério Público, Miguel tem um patrimônio aparentemente compatível com sua renda quando se trata de pessoa física. Não consegue explicar, porém, o patrimônio de suas empresas. Dos 25 imóveis, 13 estão em nome das empresas.

Um dos pontos que os promotores querem analisar com a quebra de sigilo são os depósitos feitos na conta do vereador em datas em que há informações sobre o pagamento de propina ao parlamentar, como junho de 2009.

Testemunhas dizem que foi contratado até carro-forte para levar dinheiro a ele e ao ex-diretor do Aprov (órgão da prefeitura que aprova imóveis), Hussain Aref Saab —ele também nega a acusação.

CONTINUA

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ACUSAÇÕES CONTRA AURÉLIO MIGUEL

Justiça determina quebra de sigilos do vereador e de sua mulher

ACÇÃO CRIMINAL

CORRUPÇÃO

ACUSAÇÃO



> É acusado de cobrar de cinco shoppings para não incluí-los no relatório da CPI do IPTU, presidida por ele
> Também é suspeito de receber R\$ 120 mil para liberar a expansão do shopping Pátio Paulista. A propina teria sido paga a ele e a Hussain Aref Saab, num total de R\$ 640 mil

ACÇÃO CÍVEL

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

> Aurélio Miguel já é réu na ação, assim como Aref e ex-diretores da Brookfield e de duas empresas que prestavam serviço para o grupo
> Neste processo Miguel e Aref são acusados de receber propina para liberar alvará de obras do shopping Pátio Paulista

INVESTIGAÇÃO

LAVAGEM DE DINHEIRO

> O vereador também é investigado pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro
> Os promotores viram indícios de fraude no crescimento patrimonial de duas empresas suas, que tinham capital social de R\$ 10 mil, mas detêm, juntas, 13 imóveis, avaliados em R\$ 12,7 milhões

O QUE PODE ACONTECER



Caso condenado, ele pode ser preso. A pena pode chegar a 72 anos de prisão e pode ser aumentada em caso de uso de cargo público

Caso condenado, Miguel pode perder o cargo de vereador, ter de pagar R\$ 34,9 milhões em multas, além de ter os bens bloqueados

Caso a Promotoria avalie que há mesmo o crime, ele será denunciado. Se for condenado, pode perder os bens e ser preso

QUAL A SITUAÇÃO



Caso a Justiça aceite a denúncia, Miguel passa a ser réu no processo. O Ministério Público pediu ainda bloqueio de 16 imóveis do vereador e de suas empresas

A ação já está correndo. A Promotoria pediu o afastamento do vereador, bloqueio de seus bens e quebra de seus sigilos bancário e fiscal. A juíza aguarda a manifestação dos réus

Ainda está em fase de investigação. A Justiça determinou a quebra dos sigilos fiscais e bancários do vereador, de sua mulher, Michele Nunes Miguel, e das empresas em nome de ambos

R\$ 200 mil

é o valor que Miguel teria cobrado de shoppings para não incluí-los no relatório da CPI do IPTU

R\$ 640 mil

seria o valor total da propina paga a ele e a Aref para liberar expansão do shopping Pátio Paulista

> OUTRO LADO <

Medida é desnecessária e 'jogo de cena', diz advogado de Aurélio

O advogado David Teixeira de Azevedo, defensor de Aurélio Miguel (PR) na área criminal, diz que a quebra de sigilos obtida pela Promotoria é desnecessária e mostrará a legalidade das movimentações feitas pelo vereador.

Desnecessária, de acordo com ele, porque todas as informações poderiam ser enviadas aos promotores se elas tivessem sido solicitadas.

Até porque, segundo ele, Miguel foi "proativo" em apresentar à Promotoria to-

dos os dados de Imposto de Renda dele e de sua mulher desde 2007, além de colocar à disposição todos seus sigilos.

"É um jogo de cena. Não havia necessidade nenhuma disso. Miguel nem foi chamado para prestar esclarecimentos. Ele não tem nada a esconder, e o Ministério Público sabe disso", afirmou ele.

De acordo com o advogado, Miguel não tem ligação com Hussain Aref Saab.

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

TST dá estabilidade a trabalhadora que ficou grávida no aviso-prévio

Fim do contrato trabalhista só se dá no término desse período

A gravidez ocorrida durante o aviso-prévio garante estabilidade provisória no emprego à trabalhadora, com o direito ao pagamento de salários e indenização, segundo decisão unânime da Terceira Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

A turma julgou recurso de uma ex-funcionária que propôs ação pedindo a reintegração ao emprego — e, consequentemente, pagamento dos salários maternidade.

A primeira instância não reconheceu a estabilidade por gravidez porque a concepção ocorreu após a rescisão contratual, conforme argumentou a empresa em sua defesa.

A trabalhadora recorreu ao TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região) e argumentou, conforme comprovado em exames médicos, que a concepção ocorreu durante o aviso-prévio — período que integra o tempo de serviço. O TRT negou o provimento ao recurso.

Ao apelar ao TST, a trabalhadora sustentou que o aviso-prévio não significa o fim da relação empregatícia, “mas apenas a manifestação formal de uma vontade que se pretende concretizar adiante, razão por que o contrato de trabalho continua a emanar seus efeitos legais”.

O ministro relator da Terceira Turma, Maurício Godinho Delgado, destacou que o TRT admitiu que a gravidez ocorreu no período de aviso-prévio indenizado.

Ele considerou uma orientação jurisprudencial — de nº 82, da SDI-1 (Subseção de Dissídios Individuais I) — do TST, que diz que a data de saída a ser anotada na carteira de trabalho deve corresponder à do término do prazo do aviso-prévio, mesmo indenizado.

Seu voto foi acompanhado pelos demais ministros.

OUTRAS DECISÕES

O tribunal já havia decidido de forma semelhante em setembro do ano passado, quando julgou quatro recursos contra acordos coletivos que restringiam o direito à estabilidade quando a gravidez ocorria no aviso-prévio.

O Ministério Público do Trabalho, que se opunha aos acordos coletivos, afirmava que a concepção, na vigência do aviso prévio, não afastaria o direito ao emprego, uma vez que esse período integra o contrato de trabalho para todos os efeitos legais.

Os ministros afirmaram que o artigo 10, inciso II, alínea ‘b’ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias confere estabilidade provisória à empregada desde a confirmação da gravidez, independente de sua comunicação ao empregador.

19 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Governo prepara iniciativa para proteger jornalistas

Programa visa permitir que os profissionais possam continuar o trabalho em segurança

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em resposta ao recorde de jornalistas mortos no Brasil em 2012, o governo federal começa a tirar hoje do papel uma ação específica para proteger esses profissionais.

Segundo a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos), eles terão o apoio de uma estrutura específica da Secretaria de Direitos Humanos, que vai receber e monitorar denúncias de ameaças à liberdade de comunicação.

Também caberá ao programa cobrar autoridades policiais para que seja dada prioridade à investigação do crime e garantir que o jornalista ameaçado fique protegido.

“O atentado à vida de um comunicador é um atentado contra a liberdade de comunicação”, disse. Segundo ela, o objetivo do programa não é isolar o jornalista, mas garantir sua segurança para que ele continue em sua atividade.

Em 2012, quatro jornalistas foram mortos no país por sua atuação profissional, o número mais alto em dez anos, segundo relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas.

O grupo, de 13 pessoas, ainda terá a missão de monitorar casos de jornalistas mortos nos últimos anos. Hoje será realizada a primeira reunião. Dois jornalistas que receberam ameaças recentemente foram convidados a participar: André Caramante, da Folha, e Mauri König, do jornal “Gazeta do Povo”.

19 FEV 2013
FOLHA DE S. PAULO
PAINEL DO LEITOR

Juízes

Em resposta ao editorial "Injustiça nas férias" ("Opinião", ontem), faço os seguintes esclarecimentos:

1) Os juízes do Trabalho vão defender por todos os meios legítimos a manutenção do sistema de 60 dias de férias. Trata-se de direito legalmente previsto para os juízes e membros do Ministério Público, justificando-se sua inclusão no sistema de vantagens e obrigações dos magistrados brasileiros, que impõe aos juízes limitações que não existem para outros trabalhadores;

2) Só para ficar no exemplo dado no editorial, o hipotético neurocirurgião não leva serviço para casa e, como todo empregado, está protegido por normas de limitação do horário de trabalho, o que não ocorre com os juízes. Além disso, o citado neurocirurgião, se estiver insatisfeito ou tiver uma proposta melhor de trabalho, pode mudar de emprego e continuar a ser neurocirurgião em outro hospital. Já o juiz, por força do artigo 95 da Constituição, se deixar a magistratura, ainda que por aposentadoria, terá que cumprir três anos de quarentena, afastando-se de sua área de especialização;

3) Sobre a previsão feita no editorial de uma "forte reação corporativa", os juízes só podem contar com suas associações para a defesa de seus interesses, já que a Constituição também veda ao magistrado exercer qualquer atividade político-partidária, outra restrição do sistema peculiar da magistratura;

4) Os juízes do Trabalho esperam que o debate do assunto siga por caminhos menos simplistas, permitindo-se o livre fluxo de ideias e que o objetivo seja a melhoria da atividade judicial.

RENATO HENRY SANT'ANNA, presidente da Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Brasília, DF)

18 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Injustiça nas férias

A cúpula do Judiciário ensaia reduzir as férias dos magistrados dos atuais 60 dias para 30. Mais uma vez, pode-se antecipar forte reação corporativa contra o projeto. Pelo menos desde a Constituição de 1988 fala-se em acabar com o privilégio, mas há 25 anos os juízes resistem às investidas.

A benesse é difícil de sustentar, em termos econômicos como de igualdade republicana. Às férias dobradas se somam regalias como 12 dias de recesso no fim do ano e alguns feriados exclusivos —os dias da Justiça, do Advogado e do Servidor Público.

Resultado, nas contas de Joaquim Falcão, professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas (RJ): o magistrado trabalha, em geral, cerca de 20% a menos que um servidor público e cerca de 30% a menos que um trabalhador de carteira assinada na iniciativa privada.

O fim dos 30 dias sobressalentes produziria 2 milhões de sentenças adicionais por ano —incremento de quase 10% no total de decisões.

As associações de classe que vêm a público defender a vantagem costumam justificá-la afirmando que a categoria lida com questões complexas e de grande impacto na vida dos jurisdiciona-

dos, o que produz muito estresse. Dizem ainda que, frequentemente, levam trabalho para casa, o que torna suas jornadas reais muito maiores que as previstas em lei.

São argumentos pouco convincentes. Magistrados não são a única categoria profissional que toma decisões graves. Neurocirurgiões, por exemplo, também executam operações complexas e com enorme potencial de dano, mas nem por isso fazem jus a férias em dobro.

Raciocínio análogo vale para a extensão doméstica da jornada. No mundo contemporâneo, marcado pela hiperconcorrência e por novas tecnologias que levam o escritório à casa das pessoas, muitos dos que exercem cargos de comando ou executam tarefas criativas estão imersos no trabalho por períodos bem mais extensos do que está previsto na legislação.

É claro que apenas reduzir as férias dos magistrados não vai resolver o problema da morosidade e da ineficiência do Poder Judiciário, mas não há dúvida de que traria algum avanço.

Seria, além disso, uma demonstração importante de que a Justiça brasileira conseguiu superar o corporativismo e foi capaz de pôr fim a uma sinecura cara e antirrepublicana que a beneficiava.

JORNAL DO ÔNIBUS

Adiada votação de projeto
que cria cargos no MP é adiada

19 FEV 2013



Tadeu Veneri defendeu concurso público para o MP

O projeto de lei do Ministério Público do Paraná (MP-PR), propondo a criação e a transformação de cargos na estrutura daquela instituição pública, foi retirado da pauta do Plenário da Assembleia Legislativa por uma sessão. O adiamento da votação foi requerido pelo deputado Tadeu Veneri (PT), líder da Oposição, durante o processo de votação nesta segunda-feira (18), quando a matéria seria submetida à segunda discussão.

“Defendemos a realização de concurso

público”, argumentou Veneri, que também sinalizou com a possibilidade de apresentar uma emenda ao projeto que deve retornar à Ordem do Dia – a pauta dos trabalhos do Plenário – na sessão de amanhã. Neste período a Oposição pretende ampliar a discussão sobre o tema. O projeto pretende criar, no quadro dos servidores do MP, 85 cargos de provimento efetivo e mais 69 cargos de provimento em comissão, bem como transforma 34 cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

NOTA POLITICA

Título para Barbosa

O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), pretende homenagear o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, com o título de Cidadão Honorário do Paraná. Projeto de lei neste sentido foi apresentado durante sessão plenária de ontem e, como assegurou o deputado, é o resultado do reconhecimento dos paranaenses pela atuação do magistrado.

TSE autoriza Beti Pavin assumir prefeitura

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou ontem, no Diário Oficial da Justiça, decisão monocrática do ministro Marco Aurélio Mello, que possibilita à tucana Beti Pavin tomar posse na prefeitura de Colombo.

Beti Pavin, eleita



Beti Pavin agora tem a autorização do tribunal

em 7 de outubro com 50,2% dos votos válidos, havia sido barrada pela Lei da Ficha Limpa. Ela teve as contas de 2011 reprovadas quando foi prefeita da cidade, que é o oitavo maior colégio eleitoral do Paraná.

De acordo o adversá-

rio da tucana, Zé Vicente (PSC), que ficou em segundo lugar na disputa, a decisão monocrática do ministro será derubada no plenário do TSE. Caso isso ocorra, os eleitores colombenses terão de voltar às urnas para escolher novo prefeito.

Tribunal instala centro de atendimento do Justiça no Bairro

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Clayton Camargo, oficializou a instalação do Centro de Atendimento e Conciliação do Projeto Justiça no Bairro no sábado (16/2). Coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, o projeto que completa 10 anos de funcionamento no próximo mês de março, terá agora um espaço próprio de atendimento, na antiga Vara da Família, no Centro Cívico, que funcionará de segunda à sexta-feira, das 12h às 19h.

Para dar início aos trabalhos do Centro de Atendimento, foram realizados atendimentos para acolher a população economicamente vulnerável, a quem foi proporcionada conciliação por meio de audiências prévias em inúmeras áreas do direito, incluindo processos da Vara de Família.

O evento de instalação foi dedicado também ao atendimento de demanda reprimida na área consensual, com a imediata solução de questões que envolvem pedidos de alimentos, guarda e responsabilidade, divórcio, reconhecimento de paternidade e maternidade, união estável ou dissolução, DNA, retificação de registro civil e interdição judicial.

Os responsáveis pela confecção de documentos como RG, CPF e Carteira de Trabalho também participaram do evento. A programação incluiu ainda o casamento coletivo de mais de 300 casais. O Projeto Justiça no Bairro tem parceria com o Fecomércio - Sesc Cidadão.

18/FEV/2013

Folha Web /Bonde News

Joaquim Barbosa pode se tornar Cidadão Honorário do PR

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), pretende homenagear o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, com o título de Cidadão Honorário do Paraná.

O projeto de lei foi apresentado pelo chefe do Poder Legislativo durante sessão plenária nesta segunda-feira (18). "A proposta é uma maneira de dizer ao ministro que o Paraná e o Brasil aplaudem a sua exemplar história de vida e também é o reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados pelo magistrado", ressaltou.

O ministro Joaquim Barbosa foi o relator do processo do mensalão que condenou 25 réus no ano passado, entre eles, Marcos Valério, José Genoino, Delúbio Soares e o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.